



## **ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

### **AVISO INTERNO Nº 11/GC6/18**

Dispõe sobre aspectos a serem observados nos processos de Designação/Prorrogação para Prestação de Tarefa por Tempo Certo.

Aos Exmos. Srs. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;  
Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica;  
Comandante-Geral do Pessoal;  
Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica;  
Comandante-Geral de Tecnologia Aeroespacial;  
Comandante-Geral de Operações Aéreas;  
Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;  
Comandante-Geral de Apoio; e  
Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

Considerando que o militar transferido para a Reserva Remunerada não poderá exceder quarenta e cinco dias para o seu desligamento, a contar da primeira publicação oficial do ato;

Considerando que, após o seu desligamento, os militares da Reserva Remunerada e os Reformados (por implemento de idade) não poderão exercer qualquer atividade laborativa militar junto às Organizações Militares, sem que, para isso, tenham sido designados por autoridade competente;

Considerando que as designações de militares da Reserva Remunerada e, excepcionalmente, Reformados dependem de parecer do Comando-Geral do Pessoal e das respectivas Comissões de Promoções de Oficiais e de Graduados;

Considerando que compete ao Comandante da Aeronáutica decidir, em cada caso e em caráter final, quanto à conveniência e à necessidade da designação do militar da Reserva Remunerada e, excepcionalmente, do Reformado para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo;

Considerando que a descontinuidade de determinadas tarefas, especialmente aquelas que requerem conhecimentos especializados, pode acarretar sérios prejuízos à Administração;

Considerando que, para evitar transtornos à Administração, somente após a devida aprovação e publicação do ato de designação, poderá dar-se início à Prestação da Tarefa por Tempo Certo;

Considerando, finalmente, a absoluta conveniência de observarem-se critérios que atendam, estritamente, ao interesse do serviço para as designações de prestação de Tarefa por Tempo Certo, recomendo a Vossas Excelências que:

1. A proposta de designação para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo somente deve ser formulada para atender à reconhecida e imperiosa necessidade do serviço, devidamente fundamentada e justificada pela autoridade proponente, obedecendo-se a cadeia de comando;
2. Não sejam encaminhadas propostas de designação de militar da Reserva Remunerada e, excepcionalmente, de Reformado para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo a contar de data retroativa;
3. No processo de designação para desempenho de tarefa, além das informações previstas no inciso I, do Art. 8º, da Portaria nº 463/GC6, de 19 de abril de 2004, deverá constar a OM pagadora à qual o militar a ser designado ficará vinculado durante a prestação da tarefa;
4. A designação somente poderá ser realizada para as Organizações Militares da localidade onde o prestador da tarefa declarou fixar residência;
5. O ato de designação e o de prorrogação deverá mencionar:
  - I - ato de designação:
    - a) Posto ou Graduação, Quadro/Especialidade e nome do prestador da tarefa;
    - b) situação na inatividade do prestador da tarefa;
    - c) OM da prestação da tarefa;
    - d) prazo da tarefa; e
    - e) OM pagadora a qual ficará vinculado durante a prestação da tarefa.
  - II - ato de prorrogação:
    - a) os dados constantes do inciso I, anterior; e
    - b) data do término da designação/prorrogação anterior.
6. Caberá à OM para a qual foi designado o militar para prestação da tarefa, informar ao GABAER, COMGEP e DIRAP, via mensagem telegráfica, a data de apresentação por início da tarefa;
7. A apresentação do militar e conseqüente início da prestação da tarefa somente poderá ocorrer após a publicação da respectiva Portaria de designação;
8. A contagem do período de doze meses continuados de serviço para a concessão de férias deve ser realizada a partir da data de apresentação do militar na OM para o início da prestação da tarefa por tempo certo;
9. As propostas de prorrogação de designação deverão ser encaminhadas à consideração do Comandante da Aeronáutica pelas OM interessadas, mediante ofício, com antecedência mínima de noventa dias, por intermédio do COMGEP, obedecida a cadeia de comando;
10. Nos casos das alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso II, do Art. 10, da Portaria nº 463/GC6, de 19 de abril de 2004, caberá à OM para a qual foi designado o militar para Prestação de Tarefa por Tempo Certo, encaminhar o processo de dispensa, via cadeia de comando, ao COMGEP, que o encaminhará, posteriormente, ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica; e

11. O prestador de Tarefa por Tempo Certo deverá utilizar traje civil condizente com a natureza de suas atividades.
12. Revoga-se o Aviso Interno nº 3/GC1/17, de 7 de agosto de 2007, publicado no BCA nº 153, de 10 de agosto de 2007.
13. A presente recomendação deverá ser amplamente divulgada às Organizações Subordinadas.

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da Aeronáutica